

# UM OLHAR SOBRE AS LIDERANÇAS SURDAS NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE

How should we look at deaf leadership in bilingual education?

Dra. Flaviane Reis<sup>1</sup>  
Dra. Marianne Rossi Stumpf<sup>2</sup>

## RESUMO EM LIBRAS



## RESUMO

É possível afirmar que os olhares sobre as Lideranças Surdas que fazemos na Educação Bilíngue e as representações que os surdos fazem de nós atravessam, de modo cultural, o sentimento de identidade subjetiva, social e linguística. Assim como nomear é dar realidade aos líderes surdos que entendem a necessidade da Educação Bilíngue que nós vemos, é possível afirmar que falar de um povo surdo e até mesmo de um sujeito de líder surdo é dar-lhes existência, fazê-los serem e acreditarem que são ou que existem as lideranças surdas. Assim, ser Liderança Surda é ser o que dizem que somos e ver o outro do modo como o vemos na Educação Bilíngue. Esse artigo perpassa pelas práticas, resistência, liderança e pensamento político dos líderes surdos na Educação Bilíngue.

<sup>1</sup> Doutora em Educação/UFU; professora de Educação Especial e Libras/UFU. E-mail: flavianereis@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutora em Informática/UFRGS; professora de Letras/Libras/UFSC. E-mail: stumpfmarianne@gmail.com.

Alguns autores como Foucault (2004), Hall (2009), Coracini (2007) embasam o conceito das relações de poder que permeia o estudo de análise dos olhares de liderança surda aplicando uma nova forma de olhares sobre Educação Bilíngue. A investigação partiu da questão: Como olhar as lideranças surdas na Educação Bilíngue? Teve o objetivo de identificar e mapear as narrativas dos líderes surdos. Partindo da abordagem qualitativa do tipo entrevista-narrativa constituiu-se um *corpus* com as narrativas coletadas. Os resultados apontam para uma infinidade de debates e fornecem uma boa base teórica para pautar a análise dos olhares de liderança surda no contexto da Educação Bilíngue.

**Palavras-chave:** Documentos. Líderes surdos. Educação bilíngue.

### **ABSTRACT**

It can be stated that viewpoints on Deaf Leaders, which come out from within ourselves in Bilingual Education, and representations, which are engendered by the deaf about us, cross culturally the sense of linguistic, social and subjective identity. Just as nominating is to give effect to the deaf leaders who understand the need of the Bilingual Education that we glimpse, it is possible to assert that talking about deaf people and even about the person as a deaf leader is to generate them, making them be as well believe they have become leaders or even they have realized the existence of deaf leaderships. Thus, being a deaf leadership is to be what they mean we are and to see the other the way in which we see them through the eyes of the Bilingual Education. This paper passes through practices, resistance, leadership and political thinking of the deaf leaders as concerns the Bilingual Education. Some authors, such as Foucault (2004), Hall (2009), Coracini (2007), underpin the concept of power relations which pervade the study of the analysis of the deaf leader's views by applying new views on Bilingual Education. Our investigation started with the following issue: How should we look at deaf leaderships in Bilingual Education? It aimed at analyzing the document entitled: "Human right for deaf people – a social, cultural and linguistic equity". By adopting a qualitative approach in the analysis, a document registering the discussions of deaf professors was made up. The results have shown a wealth of debates, providing also a strong theoretical basis to build an agenda in which the views of deaf leadership in the context of Bilingual Education must be analyzed.

**Keywords:** Documents. Deaf Leader. Bilingual Education.

## INTRODUÇÃO

Contrário ao modo como muitos definem surdez – isto é, como um impedimento auditivo – pessoas surdas definem-se em termos culturais e linguísticos. (WRIGLEY 1996: 13).

Esse trabalho “Um olhar sobre as Lideranças Surdas<sup>3</sup> na Educação Bilíngue” trata de uma discussão objetivada a expandir sobre nós surdos de referência da comunidade surda, os significados presentes nos documentos<sup>4</sup> elaborados pelos surdos líderes, as novas mudanças e acontecimentos, as produções visando discutir e promover propostas que efetivem o discurso da equidade social, cultural e linguística dos surdos nas diferentes instâncias como uma proposta viável, bem como da circulação e consumo tendo por base a perspectiva e vivência dos surdos.

Considerando algumas condições básicas, percebemos que nós surdos temos de fazer alguma coisa para melhorar nossa Educação Bilíngue, nossa posição na sociedade. Ficamos a dever esta percepção às trocas de experiências com os surdos líderes, por meio de atividade de formação para pessoas surdas.

Para promovermos a melhoria social, tínhamos primeiramente que:

- Aprender a nos organizar em uma condição de diálogo;
- Reforçar o trabalho de equipe com base na solidariedade;
- Ousar chamar a atenção para quem nós somos;
- Forçar o MEC a escutar também as pessoas e não apenas os especialistas dos serviços sociais ou pesquisadores;
- Estabelecer prioridades claras com base em argumentos fortes;

<sup>3</sup> São pessoas tidas como referência dentro das comunidades por terem um conhecimento linguístico-cultural destacado dos demais indivíduos e por desempenharem uma função social de destaque, seja em decorrência de seu conhecimento linguístico-cultural e/ou em decorrência de sua atuação na valorização e promoção da língua e da cultura na comunidade. (Guia do INDL, v. 1, p. 41).

<sup>4</sup> Documento intitulado DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS SURDAS: PELA EQUIDADE SOCIAL, CULTURAL E LINGUÍSTICA, um documento preliminar elaborado pela comunidade surda a partir do grupo de trabalho com os surdos de referências do Brasil – agosto/2017.

- Organizar conferências com líderes surdos para pessoas surdas e ouvintes;
- Procurar parceiros e aliados para apoiar o trabalho de líderes surdos;
- Organizar cursos de formação para líderes surdos de modo a melhorar sua capacidade de autogestão;
- Exigir o reconhecimento e o direito à utilização da Libras.

Assim sendo, este documento apresenta quatro propostas de intervenção em âmbito acadêmico, educacional, social e governamental, onde os surdos líderes se agrupam em torno de âmbitos diferenciados, mas neste capítulo especificaremos como aspecto educacional relacionando com a Educação Bilíngue o que está previsto na convenção dos direitos humanos regulamentada pelo Decreto nº 6.949/2009<sup>5</sup>, assim como a Lei 10.436/2002, o Decreto 5.626/2005 e o Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014 que preveem questões relacionadas com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e os direitos linguísticos dos surdos na Educação Bilíngue (Libras e Português) para surdos.

Esperamos, com este capítulo, tornar público o entendimento de um olhar sobre o que as Lideranças Surdas devem ser, aquilo que realmente são e não aquilo que gostariam que fossem na Educação Bilíngue. Precisamos, nós mesmos, pensar Nosso olhar sobre as Lideranças Surdas visa à presença da diferença em relação aos ouvintes. Neste artigo escrito por nós queremos mostrar como experimentamos este olhar natural e os direitos linguísticos dos surdos na Educação Bilíngue.

A Educação Bilíngue precisa trabalhar as duas línguas com professores competentes em ambas. Não é isso que as escolas de ouvintes fazem quando se dizem bilíngues? A inclusão só está acontecendo no papel. Na realidade das escolas, o surdo continua excluído. Sim, eles em muitos lugares estão sendo chamados a colaborar com a educação de seus pares, mas desde que sejam só instrutores/professores de Libras e de que se subentenda que a língua de sinais deve ser só para “ajudar” aquele aluno deficiente a compreender um pouco daquilo que os outros estão construindo e aprendendo.

---

<sup>5</sup> Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A discussão entre os líderes surdos de como viemos a nos aproximar da comunidade acadêmica sobre os olhares das Lideranças Surdas, com as razões intelectuais, pois são uma fonte de formação de experiências e de respeito pelas conquistas dos direitos linguísticos. São também militantes das causas surdas, lutaram e lutarão pela Educação Bilíngue que nós surdos queremos com essa reflexão, que nos impactam ao respeito da Educação Bilíngue em que o WFD (World Federation of the Deaf) nos manifestam como sua principal prioridade a garantia dos direitos humanos aos surdos como um todo, considerando os seguintes aspectos: (1) o respeito e aceitação da Língua de Sinais; (2) a efetivação da Educação Bilíngue; (3) a acessibilidade à informação que circula socialmente; e (4) a interpretação de/para Língua de Sinais.

Com essa defesa dos nossos direitos linguísticos pelo WFD, as Lideranças Surdas Brasileiras reconhecem todos os aspectos relacionados com a garantia da nossa Língua de Sinais, uma ponte no espaço entre nossas línguas, como a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, na Educação Bilíngue, esse olhar sobre as Lideranças Surdas carrega as lutas e avanços acadêmicos da comunidade surda brasileira sobre a Educação Bilíngue.

Nesse sentido, com essa convenção sobre os direitos linguísticos sobre surdos, não poderiam deixar de ser surdos em que eles querem no jeito deles, portanto, uns olhares sobre Lideranças Surdas querem abrir os caminhos na Educação Bilíngue com as questões relacionadas nos documentos elaborados pelos líderes surdos:

1. Acesso aos espaços públicos (por exemplo, hospitais, órgãos governamentais, instituições educacionais) em Libras;
2. Acesso à educação a partir da perspectiva surda, com entorno social, cultural e linguístico que requer o agrupamento de surdos para a constituição das interações inerentes ao ensino e a aprendizagem em um ambiente linguístico no qual a Libras seja uma língua comum;
3. Acesso ao ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos;
4. Formação de professores surdos para atuarem em diferentes áreas da educação;

5. Formação de pedagogos bilíngues;
6. Formação de professores de Libras garantindo a prioridade aos surdos na formação e na atuação profissional nos diferentes espaços educacionais.

Estas questões refletidas estão contempladas na Lei 10.436/2002 e no Decreto 5.626/2005, que foram constituídos a partir dos movimentos de surdos líderes. No entanto, as formas de implementação das ações propostas precisam ser repensadas. Diante dos acontecimentos a partir de 2002, o presente GT apresenta propostas de intervenção que garantam os direitos dos surdos de forma efetiva no Brasil conforme o documento elaborado pelos surdos líderes. São poucas as instituições que entendem a especificidade linguística dos surdos e se organizam para desenvolver a comunicação com pessoas surdas por meio da Libras, apesar do seu reconhecimento legal.

Esse olhar sobre as Lideranças Surdas está inserido nas políticas linguísticas dos contextos brasileiros há vários anos, afinal, foram um grande desafio nos documentos atuais para a sobrevivência das nossas Línguas em que possamos navegar por surdos líderes e enriquecedoras carregadas de cultura própria dos surdos na Educação Bilíngue. Conforme o autor Gulliver (2009), os povos Surdos têm uma nação própria onde se encontram. Então, esses olhares nas Lideranças Surdas abrem o espaço da Educação Bilíngue para que finquemos nossa bandeira, a Língua de Sinais, um conforto linguístico para surdos que poderemos abrir agora. A constituição dos olhares dos surdos líderes representa um processo longo de uma discussão, uma luta e uma resistência<sup>6</sup>.

Pensamos que é importante fundar um centro de pesquisa ou investigação para acompanhar a implantação e a evolução da Educação Bilíngue aqui no Brasil. Orientar os professores e as famílias sobre a organização de ambiente linguístico e fazer as articulações com órgãos públicos e escolas particulares de educação de surdos que utilizam a filosofia de Educação Bilíngue.

---

<sup>6</sup> A resistência é experiência de subjetivação, de autonomia. A resistência é combate particular; ela não afronta o inimigo para infligir uma derrota, mas ela se bate na adversidade; no fundo, seu adversário não passa de um pretexto, o que ela pretende é enfraquecê-lo e fazê-lo bater em retirada. Ela não busca a vitória, ela não se lança em uma batalha final, ela desarma o inimigo com suas próprias armas ao desorganizar a guerra que ele havia imposto. (GARCIA, 2008, p. 109).

O que temos observado são práticas insuficientes e distorcidas, a mais comum coloca os professores de surdos para lecionar a língua de sinais ignorando a história e a identidade surda e o fato de que os surdos precisam acessar todos os conteúdos, não só ter algumas aulas de Libras. A política educacional do MEC preconiza a implantação dos intérpretes de língua de sinais em todas as escolas inclusivas onde existem surdos.

Devemos dizer que apenas a colocação dos intérpretes de língua de sinais nas escolas inclusivas não constitui uma educação bilíngue. A escola precisa trabalhar as duas línguas para os alunos ouvintes e surdos. Organizar a participação dos professores ouvintes e surdos nas reuniões para avaliar o processo de Educação Bilíngue, programar atividades que incentivem a participação de todos os atores da comunidade escolar e procurar formas de ajudar as famílias dos ouvintes e dos surdos a compreenderem a proposta e incentivarem seus filhos para que possamos construir um ambiente não preconceituoso e mais igualitário.

No que se refere aos documentos sobre o âmbito educacional que podem se relacionar com a Educação Bilíngue, há uma diferença básica entre surdos, que consiste no fato de que os surdos podem participar como uma equidade linguística nos processos de Educação Bilíngue e de tomada de decisões.

Com essa decisão sobre a participação dos surdos líderes nos momentos da discussão sobre os documentos da Educação Bilíngue, esses podem ser melhorados com as estruturas governamentais que nós pedimos, com um dos itens especificamente na subseção 2:

O sistema da rede pública de ensino (Federal, Estadual e Municipal) e da rede de ensino privada no setor administrativo, mais especificamente nas secretarias da rede municipal, regional e estadual devem considerar as questões propostas com os itens colocados no documento conforme abaixo. As Escolas Bilíngues devem reformular a estrutura escolar e a organização curricular considerando as questões a seguir:

## ADMINISTRATIVA

a. Quadro de Profissionais Educacionais (Gestão) – Gestor professor ouvinte bilíngue ou surdo educacional para atuar dentro da rede de ensino em escolas municipais, estaduais e federais com a função de acompanhar a implementação das políticas de Educação Bilíngue, conforme previsto no PNE 2014.

## ESTRUTURA ESCOLAR

### a. Difusão da Libras

- Assegurar o uso da Libras às crianças de 0 a 17 anos em todo o espaço escolar – PNE META 4.7 (PNE Lei 13.005/2014).
- Difundir a Libras em toda a comunidade escolar, como também viabilizar aos familiares da criança surda a participação em cursos de Libras, bem como o acesso à comunidade surda, por meio de programas sociais que incluam visitas a associações ou outros que possibilitem contato das mesmas na comunidade surda.
- Promover contato com os esportes por competições entre escolas de surdos com os seus respectivos atletas representantes, com a finalidade de promover trocas de conhecimentos, experiências entre os surdos que trazem diversidade cultural.
- Os profissionais que atuam nessa etapa educacional devem ser prioritariamente surdos, fluentes em Libras, integrantes de referência de língua e da comunidade surda.
- No caso das crianças surdocegas e surdas com outros comprometimentos, é necessário prever profissionais com formação específica, prioritariamente surdos, além de serem fluentes na Libras.

### b. Recursos e materiais pedagógicos

- Reestruturar o currículo pedagógico para aproveitamento dos recursos que efetivem o ensino e a aprendizagem de



crianças surdas com usos visuais, materiais concretos, visita de campo e de sinais.

– Os instrumentos de avaliação dos estudantes surdos devem manter o foco na verificação da apropriação conceitual em Libras (português não pode ser fator de exclusão).

### **c. Quadro de Profissionais Surdos e Bilíngues**

– Toda escola deverá ter no seu quadro administrativo (escola bilíngue e escolas polos) pelo menos um profissional surdo e/ou ouvinte bilíngue.

– Toda escola deve contar com professores surdos nas tomadas de decisões que envolvam estruturação e implementação curricular, bem como no debate com relação às questões da gestão de políticas educacionais para surdos.

– Ofertar uma formação pedagógica continuada aos professores surdos e professores bilíngues em Libras sobre as questões implicadas no exercício de suas funções.

– Exigir a formação, em nível de graduação, em cursos de Pedagogia Bilíngue (que forma o professor bilíngue para atuar na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental), nos cursos de Letras Libras licenciatura (que formam professores de Libras para atuar no ensino da Libras na educação básica e no nível médio) e em bacharelado (que forma tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa). O Curso de Língua Portuguesa como L2 para surdos deve ser oferecido para formar os professores que atuarão tanto na educação básica como no nível superior. Nas demais áreas de conhecimento, os professores devem ter acesso à formação na Libras.

## **ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

**a.** Disciplinas na educação básica – séries iniciais ao Ensino Fundamental – e no Ensino Médio

- O ensino aos surdos deve acontecer por meio de uma educação bilíngue conforme previsto na Lei 10.436/2002, Decreto 5.626/2005 e PNE 2014, incluindo currículo de Libras como L1, currículo de Língua Portuguesa como L2 para os alunos surdos e currículo de Libras como L2 para os alunos ouvintes, no caso das escolas polos e escolas inclusivas.
- Ofertar formação sobre a carreira profissional de alunos surdos do Ensino Médio matriculados na rede de ensino com apresentação de diversos cursos superiores.
- Ofertar cursos preparatórios para o ENEM em Libras para os candidatos surdos.
- Estender a obrigatoriedade da disciplina de Libras prevista pelo Decreto 5.626/2006 aos cursos de graduação da área de saúde.
- Incluir a disciplina Libras em toda a rede da educação básica e do Ensino Médio, nos níveis municipal, estadual e federal, como obrigatória.

## REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

### a. Quadro de Profissionais Educacionais (Gestão)

- Gestor professor ouvinte bilíngue ou surdo educacional para atuar dentro da rede de ensino em escolas municipais, estaduais e federais com a função de acompanhar a implementação das políticas de Educação Bilíngue conforme previsto no PNE 2014.

Esse quadro de profissionais educacionais é um novo símbolo do pensamento dos olhares dos surdos líderes sob a filosofia dos Estudos Surdos, seguida por profissionais surdos, um novo desafio para ser gestão na Educação Bilíngue, que podem deixar uma marca na história surda brasileira, como aconteceram com as experiências em que eles foram Ex-Diretores Surdos nas Escolas, sejam nas Públicas de Surdos ou Especial ou Bilíngue, como no caso dos professores, Shirley Vilhalva no CEADA na cidade de Cam-

po Grande-MS; Débora de Vasconcelos Souza Conrado e Willer Cysne Prado Vasconcelos no Instituto Cearense de Educação dos Surdos ( ICES) na cidade de Fortaleza-CE e Márcio Machado Rodrigues na Escola Municipal Francisco Suderland Bastos Mota na cidade de Fortaleza-CE; Luciane Rodrigues Rangel na Escola Creche Prof. Geraldo Cavalcante na cidade de Niterói-RJ; Jefferson de Oliveira Miranda na Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo F. Cóser na cidade de Santa Maria-RS; Priscila Gaspar na Escola SELI e HÉlvio Antônio de Oliveira no Pestalozzi na cidade de Goiânia-GO.

Esses olhares sobre os ex-diretores surdos nas escolas com sua campanha social e política pelo reconhecimento profissional e cumprimento dos direitos linguísticos em Língua de Sinais em todo espaço na Educação Bilíngue. Isso mostra a coragem de não temer os desafios que esta impõe às administrativas que estas práticas profissionais que demonstram nos seus direitos humanos e na sua prática política, bem como seu desempenho em se reconstruírem e fortalecerem permanentemente nos seus olhares de seu Ser Surdo<sup>7</sup> a partir do seu *Deafhood*<sup>8</sup> (LADD, 2003). Com esses olhares sobre diretores surdos se fez um ser político ativo e militante na Educação Bilíngue a seu tempo, como uma resistência política:

A sociedade contemporânea está saindo dos espaços do modernismo e organizou-se de tal forma a lidar com as diversidades tendo em vista que não consegue lidar com as diferenças. O controle não é mais por uma governabilidade rígida como na modernidade e nem de que se tornou um espaço de multiplicidade irreconhecível como na pós-modernidade. A sociedade atual controla e regula e não permite abertamente que nos organizemos como cultura específica com achados culturais. De acordo com estas instâncias, os surdos da atualidade precisam ser persuadidos que a cultura surda é boa para eles, mas que precisam frequentar o espaço ouvinte. E nestes espaços estamos nós, procurando construir nossa cultura, nosso jeito de ser diferentes. Aqui nos constituímos um grupo que se esforça por buscar os espaços de felicidade e de ser em grupo. É aqui também que encontramos espaços para afirmar a subjetividade, cultura e diferença, bem como a identidade. (PERLIN e REIS, 2012:37).

Essas novas formas de olhares surdos líderes também estão sendo construídas e isto sempre será enriquecedor nos direitos linguísticos, conforme na modernidade para a pós-modernidade. Mas reconhecem os

<sup>7</sup> O sentimento de igual para igual com que os autores surdos que narram histórias sobre como é ser professor surdo e sobre os outros devido às relações de poder. (REIS, p.18, 2015).

<sup>8</sup> Seria então, dito de um modo necessariamente simplista, um processo contínuo – uma luta (*struggle*), reforça Ladd – pela qual cada criança surda, cada família surda, ou cada adulto surdo explicaria a sua existência no mundo a si mesmo e aos outros, partilhando sua vida na comunidade e tornando essas explicações agentes na prática do dia a dia, atualizando sua identidade em um diálogo que se prolonga interior e externamente.

profissionais nosso jeito de ser diferente mesmo nos espaços entre surdos e ouvintes, isso que eles demonstram ser os espaços de felicidade e de ser em grupo na Educação Bilíngue, como no caso dos ex-diretores surdos nas escolas, que conviveram entre grupos surdos e ouvintes, respeitando a nossa Língua Brasileira de Sinais sem nos submissivas que não enfraqueceram a língua, a cultura e os surdos líderes que fazem uso dos profissionais e de ser gestão administrativas.

Com essa contextualização dos profissionais surdos que desafiaram a influência de motivações em construir na estrutura escolar como a Difusão da Libras:

#### **a. Difusão da Libras**

Dentro da sociedade linguística, as diversidades linguísticas escolhidas, usadas, são referentes à subjetividade, ou seja, a um espaço nos direitos linguísticos; tendo por discussão tanto marcas linguísticas dos surdos na formação dos surdos quanto à construção de valores de uso da Língua Brasileira de Sinais, ambas se associarão à experiência histórica dos surdos que podem habitar a construção linguística nas crianças surdas, afinal, os olhares dos surdos líderes propunham-se a assegurar o uso da nossa Língua de Sinais às crianças de 0 a 17 anos em todo espaço escolar, conforme a proposta do PNE META 4.7.

## **CONSCIÊNCIA POLÍTICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE**

As pessoas surdas deverão ser conscientizadas desde a infância que necessitam de organizações fortes para proteger seus direitos. Os surdos ficam em pior situação que outros grupos se não tiverem bons porta-vozes. Somos pessoas surdas, uma minoria. Uma minoria nunca pode adquirir muita influência em uma democracia apenas por meio dos apoios (simpatizantes). Os ouvintes não podem entender nosso potencial como minoria se não souberem ou não se derem conta de que somos uma minoria. Devemos compreender/entender isto quando desenvolvemos planos e estratégias

para alcançar nossos objetivos e quando escolhemos nossas estratégias. O passado das pessoas surdas era invisível porque nunca tinham aprendido a tornar visíveis suas limitações.

## PERFIL DOS PROFESSORES SURDOS

- Pensar sobre as políticas do professor surdo nas relações de poder;
- Acabar com a política do professor surdo inferiorizado;
- Incentivar concurso para os professores surdos atuarem nas bilíngues, escolas onde há inclusão de surdos, etc;
- Identificar e relacionar as políticas para os movimentos de lutas, resistências e resiliências da FENEIS;
- Identificar e relacionar políticas com vistas à negociação da formação e defesa do professor surdo (o professor surdo está desprotegido);
- Identificar e mapear as narrativas a partir de histórias pessoais dos professores surdos, seja na educação superior, seja nos espaços das escolas bilíngues, seja na inclusão, lembrando que o professor surdo tem prioridade de atuar junto aos alunos surdos;
- Organizar, com recursos do MEC, curso de formação dos professores surdos em cultura surda, língua de sinais, *signwriting*, etc;
- Organizar o encontro Nacional de professores surdos.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No caso dos surdos, faz-se necessário franquear-lhes a palavra, quer dizer, antes de escreverem nosso idioma, deveriam poder se narrarem em sinais, e suas narrativas precisariam ser acolhidas por uma escuta também em sinais. (SOUZA, 2000, p.92).

Para os alunos surdos, o domínio da sua primeira língua, a Libras, é decisivo no desenvolvimento individual, na construção da identidade, no acesso ao conhecimento, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional, em todo o percurso futuro e no exercício pleno da cidadania.

Dentro da participação da comunidade surda em seu processo de educação o que conseguimos vislumbrar são os poucos surdos ligados à educação e que se preocupam com a mesma, numa ideia de que a educação se baseia numa aprendizagem coletiva e na caminhada do indivíduo surdo com responsabilidade social.

Quem de nós surdos está em condições de propor uma escolha adequada de educação para a comunidade surda? Na verdade, não nos sentimos em casa diante da proposta do ouvinte. O enfoque fenomenológico, de cunho colonialista-clínico, terrivelmente diversificado da educação do surdo em nosso país, constitui um quebra-cabeça para a comunidade surda. Para o professor surdo Wilson Miranda, o pior da educação do surdo são “*os vários métodos que são usados nas escolas*”. Nas faculdades há uma posição de medo e resistência diante do surdo que começa a chegar às suas portas. As poucas faculdades que se abrem em direção ao surdo, bem como a reduzida presença desses nesse campo faz do surdo um estranho, alguém quase excluído dos serviços que a universidade presta. É a dificuldade de viver em um universo que está se ampliando, mas que não oferece ainda meios acessíveis.

Este documento terá de ser necessariamente lecionada por modelos linguístico culturais, adultos surdos falantes nativos de Libras e possuidores de uma Identidade Surda. Terão ainda de ter formação adequada, tendo em conta as exigências complementares e o aprofundamento dos conteúdos inerentes a cada nível de ensino. A presença destes profissionais no espaço escolar deverá ser bastante significativa, assim como sua implicação nas tomadas de decisão que afetem diretamente os alunos surdos. Seu papel é fundamental na ligação entre a escola e a família, no que diz respeito à comunicação com a criança enquanto processo contínuo de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

GARCIA, C. Poder, normalização e violência: Incursões foucaultianas para a atualidade/Izabel C. Friche Passos (Orgs.). In: *Resistência a partir de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GULLIVER, M. *DEAF space, a history: The production of DEAF spaces Emergent, Autonomus, Located and Disabled in 18th and 19th century France*. 2009. Tese (Doutorado em Estudos Surdos) – Universidade de Bristol, Bristol, 2009.

Ladd, P. *Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood*, Cevedon, England: Multilingua Matters, p. 528, 2003.

PERLIN & REIS. Um olhar sobre nós surdos. In: *Surdos e Cultura na Contemporaneidade*, 2012.

PNE. Plano Nacional de Educação. Lei 13.005/2014. Acesso em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm).

REIS, F. A docência na educação superior: narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos. No prelo, da tese de doutorado, 2015.

SOUZA, R. M. Práticas alfabetizadoras e subjetividade. In: LACERDA, C. B. F.; GÓES, M. C. R. de (Orgs.). *Surdez* 2013 Processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.

